

ANÁLISE INSTITUCIONAL: REVISÃO CONCEITUAL E NUANCES DA PESQUISA-INTERVENÇÃO NO BRASIL

André Rossi*
Eduardo Passos**

Resumo: Neste artigo fazemos uma retomada das linhas constitutivas da Análise Institucional (A.I.) desde a França até sua entrada no Brasil, trazendo nesse percurso alguns conceitos importantes para o entendimento de sua forma de intervir e produzir conhecimento. Da relação com a Psicoterapia Institucional, com a Pedagogia Institucional e a Psicossociologia lewiniana, os socioanalistas apropriaram-se de conceitos como o de instituição, transversalidade, analisador, transferência e contratransferência institucional e a forma de intervir da pesquisa-ação. Em continuidade, elaboram conceitos como análise da encomenda, análise da demanda, análise da implicação, campo de intervenção e campo de análise, inconsciente institucional, sobreimplicação e outros que visavam responder novos problemas e afirmar implicações antes não explícitas. Apostando na importância da prática e conceitos da A.I., apontamos a inflexão brasileira da pesquisa-intervenção como proposta metodológica de produção de conhecimento implicado e de intervenção em organizações, grupos ou subjetividades.

Palavras-chave: Análise institucional; pesquisa-intervenção; análise da implicação.

Abstract: This paper resumes the discussion of Institutional Analysis' (IA) constituent lines from France to its entry in Brazil, highlighting some useful concepts to the understanding of its modes of intervention and knowledge production. From dialoguing with the fields of Institutional Psychotherapy, Institutional Pedagogy and Lewin's Psycho-sociology, socio-analysts borrowed concepts as the notion of Institution, Transversality, Analyser, Institutional Transference and Counter-transference, and the inquiry method of Action-Research. And, with the intent of both responding to emerging contemporary issues and asserting implications that had not yet become evident, they also developed their own: such as the "Order Analysis", "Demand Analysis", "Implication Analysis", "Intervention Field", "Analysis Field", "Institutional Unconscious", and "Over Implication", amongst others. Trusting the significance of Institutional Analysis' concepts and practices, we would like to expose in this article the Brazilian version of "Intervention-Research" as a methodological proposal that produces "implicated knowledge" and is applicable to work in organisations, groups or subjectivities.

Key-words: Institutional analysis; intervention-research; implication analysis.

Introdução

A Análise Institucional (A.I.) tem influenciado muitos movimentos no Brasil. Seja na clínica *psi*, nas práticas em saúde coletiva, intervenções no campo da gestão ou na pesquisa universitária, seus conceitos são utilizados e revisados. Desde o início de suas primeiras atividades, a A.I. constituiu-se como um campo onde a prática embalou, nos tempos candentes da década de 1960 na França, a criação conceitual. Todos os seus conceitos têm uma vocação operacional clara e sua ligação com a prática muitas vezes não gerou a necessidade de delimitações conceituais rigorosas. O objetivo deste artigo é a discussão dos principais conceitos da A.I., apontando a pesquisa-intervenção

* Psicólogo. Mestre em psicologia pela UFF.

** Psicólogo. Professor associado 4 do Departamento de Psicologia da UFF.

como uma inflexão brasileira neste campo. Empregando a atitude epistemológica de tornar indissociável gênese conceitual e gênese sócio-histórica, focalizaremos os conceitos de análise da encomenda, análise da demanda, transversalidade, analisador e análise da implicação, tangenciando, nessa empreitada, os conceitos de instituição (instituinte e instituído), campo de intervenção e campo de análise, inconsciente institucional, contratransferência institucional e sobreimplicação.

As linhas constitutivas da Análise Institucional

Podemos identificar pelo menos três linhas dinâmicas para a constituição da A.I. na França na década de 1960. A primeira está ligada à saúde mental e nos transporta à prática da Psicoterapia Institucional a partir da década de 1940 com a experiência inaugural no hospital psiquiátrico de Saint Alban durante a Segunda Guerra (GALLIO & CONSTANTINO, 1994; RODRIGUES, 1998). Nesta linha, destacamos o nome de Félix Guattari, que, após a década de 1950, desenvolveu conceitos importantes para a A.I., dentre eles o de analisador e transversalidade. A segunda linha se vincula às experiências de Pedagogia Libertária desde o início do século XX, que orientaram, a partir da década de 1950, práticas de questionamento da educação vigente e que ficaram conhecidas como a Pedagogia Institucional. Nesta linha destacamos os nomes de René Lourau e Georges Lapassade, na ocasião, professores secundaristas (LOURAU, 1993). A terceira linha refere-se à Psicossociologia, que, no pós-guerra, trouxe à França as técnicas de grupo que estavam sendo gestadas nos EUA por pesquisadores europeus emigrados, a saber, Moreno e Lewin, além de Rogers, norte-americano nato. (RODRIGUES, 1994; BARROS, 2004).

No que diz respeito à terceira linha, houve um importante passo na criação do conceito de “campo” por Kurt Lewin ainda nos EUA da década de 1930. Para explicar o comportamento de um indivíduo ou grupo, utilizava-se do “todo estrutural” formado da interação entre indivíduo e meio em um campo de forças dinâmico. A união de teoria e ação foi o grande achado de Lewin, que, radicado nos EUA, rompeu com as teorias positivas em voga que acreditavam que o pesquisador poderia e deveria se manter fora do campo de investigação. Na teoria lewiniana, o pesquisador está colhido no campo de sua ação, descrito

menos a partir de estados de coisa do que das forças, vetores e valências que o constituem.

Na última fase da teoria lewiniana no ano de 1946 em New Britain, visando discutir e reforçar a aceitação da legislação de igualdade racial no emprego, um acontecimento desestabilizou as fronteiras entre formadores e formandos: o grupo de formandos adentrou o recinto onde os formadores discutiam a dinâmica do grupo, exigindo participar dos processos de análise. Os coordenadores aceitaram, criando-se no momento um dispositivo que viria a ser apelidado mais tarde de T-Group¹ (RODRIGUES, 1994). Acabava-se com a restituição formal, uma vez que tudo era discutido e analisado no mesmo grupo.

O paradigma da pesquisa-ação lewiniana não somente apontou a impossibilidade de neutralidade, demonstrando que além da obtenção de conhecimento havia a modificação do objeto estudado, como passou a visar a essa modificação. Esse tipo de pesquisa levou a uma espécie de “socioterapia” que, guiada por encomendas da indústria e do governo americano, fixava objetivos do trabalho previamente à dinâmica estabelecida pelo grupo visado (PASSOS e BENEVIDES, 2000). Em alguns de seus trabalhos, a psicossociologia lewiniana promovia sua pesquisa-ação para formação de quadros dirigentes e de trabalhadores, atendeu às demandas governamentais para investigação das técnicas de guerra psicológica para enfraquecimento do inimigo e, nos trabalhos sociais, trabalhou com a delinquência juvenil e com integração de população pobre e/ou desalojada nos conjuntos habitacionais (AGUIAR e ROCHA, 2003).

Na década de 1950, a psicossociologia americana (baseada em Lewin, Moreno e Rogers) entra na França através do estímulo modernizador do governo francês, ocorrendo movimentos díspares de acolhimento e crítica (BARROS, 2004; RODRIGUES, 1994). Segue-se a década de 1960 na França, e os trabalhos psicossociológicos ainda tomavam o T-Group de Kurt Lewin e o Psicodrama de Moreno² como balizas, mas a discussão sobre técnica diminuía em favor da discussão institucional sobre os efeitos que a técnica produzia (BARROS, 2004). Inicia-se a historicização das práticas e o questionamento do suposto não diretivismo rogeriano³ e do T-Group lewiniano. Estava oculto o

caráter não natural dos grupos, as relações de poder, as lutas reivindicatórias entre os diferentes grupos.

Ocorria que, nessa mesma década, a psicanálise e os movimentos políticos entraram em cena para questionar alguns postulados da pesquisa-ação. O rompimento com a ciência positiva é bem vista, contudo a metodologia mantinha as dicotomias sujeito-objeto e teoria-prática. O objetivo da ação na pesquisa é determinado pela encomenda de trabalho, visando à otimização do funcionamento social, o que revelava uma pressuposição de ordem social naturalizada e uma desordem tomada como patológica. O pesquisador era visto como privilegiado agente da mudança, o que também revelava, mesmo que na técnica do T-Group se tenha incluído os formandos, que essas fronteiras ainda existiam fortemente (PASSOS e BENEVIDES, 2000).

Em relação à segunda linha, ainda na França da década de 1960, as intervenções no meio pedagógico transbordavam para outros campos a partir da atenção ao conceito de instituição. Lourau e Lapassade absorveram a filosofia política de Cornelius Castoriadis, principalmente no que se refere à dialética instituído-instituinte. Castoriadis influenciaria muitos pensadores a partir da criação de seu grupo Socialismo e Barbárie e da revista homônima (RODRIGUES, 1994). As instituições são, no dizer de Lapassade, “formas”, produtos históricos de uma sociedade instituinte que produzem e reproduzem as relações sociais e se instrumentalizam em estabelecimentos e/ou dispositivos (RODRIGUES e SOUZA, 1987). Apropriando-se desse jogo constitutivo entre instituído (formas) e instituinte (processo), vão analisar as situações de institucionalização quando chamados a intervir em organizações e grupos.

A grande importância desse conceito basal é a análise que provoca, quando se diferencia o conceito de instituição daqueles de organização e estabelecimento. Tanto as condições materiais do estabelecimento escola, manicômio ou partido (edificação), quanto o organograma ou fluxograma (regras de circulação e organização de pessoas e informações desse estabelecimento) não eram mais o espectro de análise pretendido. Acontece, então, a abertura da análise para a instituição da educação, da doença mental, da política partidária, criando-se efetivamente uma Análise Institucional

preocupada com as práticas instituintes que engendram instituições e atravessam os mais diversos locais ou situações.

A partir dessa variação, do diálogo privilegiado com a instituição educacional para a análise de instituições quaisquer, Lourau e Lapassade ampliaram o trabalho, tornando-se “socioanalistas”.⁴ Desenvolveram diálogo com aqueles pesquisadores/interventores que tomaram como ferramenta a psicossociologia americana baseada no trabalho com grupos, que denominaremos grupelistas. Os socioanalistas viram na prática grupalista uma indicação preciosa para o trabalho com instituições: pragmatismo de certa pesquisa sociológica americana que deixara de ser experimental para ser ação no campo de pesquisa e com isso a inclusão do pesquisador nesse mesmo campo.

Apesar do diálogo, Lapassade, em seu livro *Grupos, Organizações e Instituições*, critica as teorias de grupo e suas técnicas. A teoria dos grupos chocou-se com a teoria das instituições: onde a técnica grupalista naturalizava o grupo, o institucionalismo o tomava como instituição, isto é, produção de uma sociedade instituinte, denunciando seu utilitarismo quanto aos objetivos prévios e sua falta de análise quanto à encomenda de intervenção.

A A.I. segue seu percurso de consolidação como campo de produção de conhecimento e de intervenção sobre a realidade, desdobrando perguntas críticas que se armam a partir de conceitos seminais: “análise da demanda” e “análise da encomenda” (quem pede intervenção e o que é pedido?), “análise da oferta” (o que o analista oferta e quais os efeitos da sua intervenção?), “analisador” (que acontecimentos põem em análise a realidade institucional?) e, principalmente, “análise da implicação” (como estamos todos envolvidos na realidade institucional?).

A Análise Institucional e o devir dos conceitos

Ardoino e Lourau (2003) dividem a A.I. em três categorias: a) A.I. em ato ou socioanálise; b) A.I. generalizada; c) A.I. restrita. A primeira refere-se à prática de intervenção em organizações-cliente como indústrias, administrações, escolas ou formações. A segunda diz respeito ao conjunto de considerações teóricas que forma um reservatório de dados e conceitos para as diversas intervenções institucionalistas. É um segundo momento na A.I.,

depois da euforia da intervenção: uma espécie de parada reflexiva. A terceira categoria é relativa a intervenções em instituições específicas: a Igreja, a escola, o Exército. Coulon (apud ARDOINO e LOURAU, 2003) diferencia esses três níveis através dos termos “socioanálise”, “leitura institucional” e “A.I. do estabelecimento”, respectivamente.

As primeiras intervenções socioanalíticas encabeçadas por Lapassade na década de 1960 colocavam em análise as instituições envolvidas em qualquer estabelecimento/organização, não importando que fossem escolas ou manicômios. Pela predileção pelo paradigma de inspiração marxista do “transformar para conhecer” não é difícil entender por que primeiro desenvolveram-se incursões ao campo e depois uma diminuição da velocidade necessária à produção teórica. As incursões direcionadas ao meio educacional ainda muito ligadas à intervenção psicossociológica calcada no modelo do T-Group dão lugar, já em 1966-1967, a uma socioanálise.

O T-Group lewiniano não colocava em análise suas condições de possibilidade – oferta da intervenção, encomenda feita aos interventores, a participação dos envolvidos –, ou seja, não fazia a análise da implicação. A socioanálise na organização parte dos pedidos feitos pelas organizações-cliente ao grupo pesquisador-interventor, considerando as implicações sociopolíticas que atravessam a relação grupo-cliente/grupo-interventor. Inicialmente, o método de análise era de curta duração e excessivamente dramático, visando produzir uma espécie de ab-reação na organização ou “desarranjo” institucional, partindo da “análise coletiva das implicações de cada um com a encomenda e as demandas sociais”, assim como da autogestão da temporalidade da sessão e do pagamento dos socioanalistas e da identificação dos “analísadores, acontecimentos ou fenômenos ‘insignificantes’, mas portadores do sentido oculto no não dito” (ARDOINO e LOURAU, 2003, p. 14).

Por mais que houvesse estilos individuais dos interventores e a diferença de cada grupo-cliente, havia na década de 1960 e no início da de 1970 uma tendência à provocação de crise, apostando no seu potencial crítico. As questões críticas – muitas delas mantidas afastadas por seu caráter desagregador, como, por exemplo, o pagamento – não deixaram de ser feitas a duras penas para o grupo-cliente assim como para o grupo de interventores.

O método varia pouco a pouco sendo sucedido por uma socioanálise longitudinal, mais duradoura. Os interventores são inscritos na história do grupo-cliente, em seu desenrolar diário. O aumento da duração das intervenções visa mais à regulação do grupo do que ao seu desarranjo. Ocorre também uma maior familiaridade entre os interventores e o grupo-cliente. A socioanálise longitudinal é levada a experimentar outras técnicas. Uma das mais significativas é também uma espécie de restituição das informações coletadas. Uma restituição formal como a feita na pesquisa-ação de Lewin ainda mantém a dicotomia entre formadores e formados, modulada mas não superada no evento de New Britan. Na A.I., a restituição cada vez mais preconizada – posto que os analisadores, discussões e direções são dadas coletivamente – é ao mesmo tempo produção de nexos e desvio grupal, ou seja, pesquisa e intervenção. Preocupada, nesse momento, com vários aspectos de sua intervenção e menos centrada no aqui e agora, a socioanálise encontrou, na duração da intervenção e na restituição dos resultados da pesquisa, uma direção formativa ou sua pedagogia. Daí o duplo viés da A.I.: a intervenção e a formação, nesse momento, como formação contínua.

Preocupados com o que lhes era pedido como intervenção, com as instituições que atravessavam o grupo formado, com o que era operativo e, nesse momento, se reencontrando com a formação, os socioanalistas caminham cada vez mais para a sistematização de alguns conceitos que pudessem dizer daquilo que estava em curso em suas práticas. Este caminho é caracterizado por uma tendência a criar hibridismos teóricos, tomando muitos conceitos de empréstimo de outros campos do saber. Na A.I. acompanhamos o devir de conceitos – no sentido que Deleuze e Guattari (1992) dão ao termo no *O que é a filosofia* – que migram por entre discursos, ganhando neste percurso uma consistência que podemos dizer ser a dos movimentos socioanalíticos.

Análise da encomenda, da demanda e da oferta e o conceito de Transversalidade

Um dos primeiros passos na intervenção é a *análise da encomenda*, que desdobra o pedido de análise feito pela organização. A análise da encomenda gera a demanda como o seu desdobramento problemático, expondo o emaranhado de forças contido no pedido de análise. O trabalho de análise

institucional se inicia quando dinâmicas não observadas se expressam, juntamente ao pedido explícito de intervenção. A atitude crítica faz aparecer as demandas de intervenção que nunca são espontâneas, mas produzidas tanto no encontro analítico quanto previamente a ele. Uma das estratégias para evitar que a encomenda se torne o foco da intervenção é a pergunta sobre quem é o cliente: os membros da organização ou os dirigentes que formularam a encomenda, discutiram o contrato em nome de todos? Eles aceitam ser também alvo da análise? (LOURAU, 1975). Podemos notar que na A.I. há similaridade entre “encomenda” e “mandato social”. A primeira se refere a situações específicas de intervenção e a segunda é o pedido feito a intelectuais e especialistas para que falem a “verdade” sobre a realidade (RODRIGUES, 2006).

A *análise da oferta* pode ser anterior, mas também pode se dar ao mesmo tempo que a análise da encomenda. Ela coloca em análise o próprio grupo-interventor como instituição que propõe um serviço, problematizando o modo como as intervenções podem gerar um especialismo e produzir ou modular as encomendas de intervenção que lhe são propostas (BAREMBLITT, 1994). Os intelectuais, os analistas institucionais e todos aqueles que são chamados a dizer algo sobre a realidade ou a intervir sobre ela com estatuto de reveladores de verdades devem manter permanentemente em análise a encomenda de intervenção e as ofertas por eles feitas.

Desta forma, a A.I. inclui a si mesma como caso. Além dos casos da clínica, a clínica como caso. Cria-se um *topus* da análise que se dá entre a instituição em análise e a instituição da análise.

Não tomar naturalmente a encomenda de intervenção é fazer uma pausa que permita a entrada do operador crítico. Ao contrário de Lewin, que aceitou a encomenda do governo americano para a mudança de padrões de comportamento da população, a A.I. objetiva não incorrer no uso utilitário da intervenção, montando sua direção no próprio ato de intervir. Na separação entre encomenda e demanda, Lourau (2003c) opera uma distinção entre *campo de intervenção* e *campo de análise*.

Essa distinção indica dois níveis que na prática analítica estão imbricados. A encomenda que chega ao analista institucional é de intervenção em vários tipos de grupos, com objetivos previamente fixados. Confunde-se, no

entanto, a encomenda explícita com a demanda de análise, se ficarmos restritos aos limites prévios dos pequenos coletivos nos quais a intervenção é feita. A análise da encomenda e da demanda promove uma alteração do campo de intervenção a partir das conexões constituidoras do campo de análise. Não há separação entre o trabalho teórico e técnico, entre a intervenção e os operadores conceituais, entre campo da intervenção e campo de análise. Estes domínios se distinguem sem se separar de modo que a intervenção altera as formas de fazer e as formas de pensar a realidade da instituição. Nas palavras de Lourau, fica claro que o campo de intervenção constitui-se na prática da própria intervenção, ou seja, na ida ao campo, acessível a partir da encomenda e sua problematização, quando pode a intervenção transformar encomenda em demanda de trabalho. O campo de análise não pode ser entendido como separado – apesar de ser, por vezes, feito em reuniões e supervisões do grupo interventor – nem como a parte teórica que será aplicada na prática. De qualquer forma os dois campos são práticas.

A realidade institucional se abre para outros sentidos quando se altera os graus de transversalidade intragrupos e intergrupos (GUATTARI, 2004). Felix Guattari apresenta o conceito de transversalidade como coextensivo à atitude de abertura ou ligação dos campos de intervenção ao de análise, mostrando sua inseparabilidade. O conceito de transversalidade nasce com múltiplas referências, sobretudo como tentativa de superação, nas organizações psiquiátricas, da hierarquia vertical e da igualdade horizontal, introduzindo no pensamento institucional outras formas de relação entre os grupos – o que designou de grupos sujeito e grupos sujeitados. Acolhendo a contribuição dual e fantasmática da transferência psicanalítica, a expande e articula aos movimentos grupais em seus diferentes graus de abertura. Guattari fala de graus de abertura ou quanta de transversalidade dos grupos, interessado pelo que se passa ou se “transfere” em um regime multivetorializado que não mais cabe nos limites da interpessoalidade.

O conceito de transferência dá lugar ao de transversalidade apostando-se em dinâmicas libidinais, em jogos fantasmáticos, em regimes de afetabilidade que se dão no plano coletivo e, conseqüentemente, ganham um sentido que é também político. Clínica e política se tornam inseparáveis nesta

direção da A.I. que renova o conceito de grupo a partir de suas dinâmicas subjetivas: a dinâmica de menor grau de abertura define o grupo assujeitado e a de maior transversalidade, os grupos sujeitos. O tema da subjetividade ganha lugar no discurso institucionalista com o conceito de transversalidade que se materializa em dispositivos que permitem a circulação menos restritiva da palavra e de corpos, abrindo as relações para múltiplas conexões potencializadoras da transformação da realidade dos grupos e das subjetividades. Na A.I., seja na vertente guattariana ou socioanalítica, os conceitos apresentados dizem de abertura e conexão: teoria e prática, saber e fazer, clínica e política se tornam domínios distintos e inseparáveis em um espaço de saúde guiado pelas relações instituintes.

A encomenda tem um sentido mais contratual (o que é esperado dos interventores) e a demanda, um sentido mais psicológico, apropriado aos coletivos (ARDOINO e LOURAU, 2003). Por suas implicações psicológicas e psicanalíticas com tino arqueológico, a demanda por vezes parece ficar ligada a algo escondido que foi desvelado. Lourau (1975) e comentadores como Baremlitt (1994) se perguntam do “verdadeiro” cliente, da demanda “efetiva” de intervenção ou do “verdadeiro” objeto de análise. Qual é o sentido aqui de demanda verdadeira? É preciso evitar tomar a encomenda como aquilo que engana o trabalho dos analistas, um simulacro, ficando a demanda como aquilo que foi desvelado pelos especialistas, o verdadeiro objeto de análise. A A.I. não é uma arqueologia do verdadeiro, ou seja, a atitude de garimpar profundamente a realidade, com ferramentas conceituais que aspiram à verdade, para achar por detrás o desvelamento triunfal.

Baremlitt (1996), mesmo falando do verdadeiro objeto, nos dá uma pista quando fala da intercessão que se produz entre o grupo-interventor e o grupo-cliente. Consideramos que a encomenda é um tipo de demanda e que só há demandas. A demanda é produzida (e não desvelada) no encontro entre os grupos. É uma produção pontual que faz operar uma dinâmica emperrada para a qual o grupo-interventor foi chamado a intervir. Ela muda de acordo com a variação do grupo-cliente, do momento da organização, com a nova configuração das instituições que atravessam, com mudança de configuração do grupo-interventor. A produção da demanda de trabalho está mais para a criação de bons problemas, do que para a resolução da encomenda explícita

formulada pelo grupo-cliente. É uma tentativa de explicitação das forças que compõem a configuração da organização. Chegamos ao conceito de campo implicacional (LOURAU, 2003f).

A preocupação com a análise da oferta, da encomenda e da demanda, denota uma diferença de paradigma já apontada. Se o que está em jogo é a produção da realidade e não o seu desvelamento, aqueles que participam do processo perguntam-se o que ajudam a produzir. Todos esses conceitos dizem, por um lado, da assunção do processo instituinte como motor de acesso à realidade e, por outro, do cuidado ético do trabalho dos analistas institucionais ao participarem dessa produção. A intervenção socioanalítica ou, como indicaremos, através de autores brasileiros, a pesquisa-intervenção, afirma a um só tempo a inseparabilidade entre campo de intervenção e campo de análise, teoria e prática, fazer e pensar, quando mostra que sujeito e objeto, pesquisador e pesquisado se constituem no mesmo processo.

A análise da implicação

Dos conceitos apresentados, a Análise da Implicação é o que tem sua trajetória composta de mais variações, rompimentos e composições de partes díspares. Nesse movimento de construção incessante, uma de suas linhas de composição remete ao conceito psicanalítico de contratransferência.

A transferência em Freud (1905, 1912, 1914, 1915/2010) converte-se de empecilho inicial, nos *Estudos sobre a histeria*, a motor do tratamento a partir dos textos técnicos de 1910, mantendo, ao mesmo tempo, seu caráter de resistência ao tratamento. A partir da teorização do desenvolvimento psicosexual na primeira infância, a transferência permanece como mecanismo de transporte das escolhas objetais infantis e das fantasias que vão se tecendo ao redor dela, em especial, destacado por Freud, as imagos parentais, como primeiro investimento amoroso. Surgida a partir do abandono da hipnose e da sugestão, a transferência é tomada como motor e embargo, resistência interpretável, revestimento de autoridade do psicanalista, amor ilusório e repetição. Por outro lado, sua contraparte, a contratransferência, ou seja, o mesmo mecanismo, mas, dessa vez, vindo do lado do analista, tornou-se um mal a ser combatido. A tentativa de institucionalizar uma formação, o combate ao charlatanismo – ao mesmo tempo que defendia uma análise leiga – e os

textos técnicos, fizeram da contratransferência um tema expurgado de antemão dos círculos de discussão, ao mesmo tempo que metáforas como o “espelho bem polido” (refletir a totalidade do paciente) ou o “cirurgião preciso” (incisões interpretativas descobrindo o objeto) tomam o imaginário psicanalítico como ideal de analista.

Ainda na primeira geração de analistas, Sándor Ferenczi, psicanalista húngaro conhecido por abraçar os casos difíceis, levava a técnica ao limite. Nesse contexto, já na década de 1920, esboçou a preocupação com a “metapsicologia dos processos psíquicos do analista”, o que marca não propriamente um retorno do conceito de contratransferência ou seu uso, como será feito depois, mas uma inclusão da libido do analista na cena analítica (FERENCZI, 1928/1992).

Na década de 1950, o fenômeno contratransferencial é revalorizado na Inglaterra via Michel Balint, levando a uma série de textos do casal Balint (1939/2002), Margaret Little (1951/2002) e Paula Heimann (1949/2002), na direção da inclusão dos efeitos das intervenções ou da pessoa do analista na cena analítica. Little e Heimann, mais radicais, defendiam o uso da contratransferência, respectivamente, como experiência a ser comunicada (os afetos gerados pelo paciente no analista) ou como bússola, por vezes, recaindo numa neutralidade às avessas. Seguindo este movimento de valorização da contratransferência, as práticas institucionalistas da Psicoterapia Institucional na França retomam este conceito como um operador analítico importante.

A reorganização do asilo psiquiátrico promovido pela Psicoterapia Institucional, a reorganização da escola promovida pela Pedagogia Institucional, assim como o início da A.I. em meados dos anos 1960, trazem novas ferramentas, como os conceitos de transferência e contratransferência institucionais. Já distante das suas bases freudiana, ferencziana e da segunda geração de psicanalistas, o conceito de transferência comparece por sua “vocação operacional” (ARDOINO e LOURAU, 2003). Não dizia mais de uma problemática individual, familiar, somente libidinal ou infantil, mas grupal e institucional, embora mantivesse a preocupação com os vínculos e uma atitude epistemológica de não neutralidade. Em outras palavras, o conceito assegurou que as forças que passam pelo médico, educador ou pesquisador entrassem na análise feita das organizações. A direção dos trabalhos com grupo nas

diversas intervenções deu a tônica da busca por conceitos que falassem dessa multiplicidade de relações.

A sistematização conceitual do procedimento de análise institucional se consolidou na tese que Lourau (1975) defende no ano de 1969. Nela vemos muitos conceitos apropriados de autores e saberes díspares: a *transversalidade* de Guattari; a *implicação* tomada do Direito e da Matemática; a *transferência institucional* e a *contratransferência institucional* herdada da Psicoterapia Institucional.

O conceito de implicação ganha destaque como ideia-chave para o trabalho socioanalítico. Lourau (1975) desmembra o conceito de Análise da Implicação de acordo com a qualidade da relação estabelecida: *Implicação Institucional* se refere ao conjunto das relações entre o “ator” e as instituições; *Implicação prática* indica as relações que o “ator” mantém com as bases materiais das instituições (o estabelecimento e organização); *Implicação sintagmática* mostra as relações interpessoais que os grupos apresentam, ou seja, os fantasmas de grupo; *Implicação paradigmática* delimita a relação entre o saber e o não saber do grupo, ou seja, os códigos e regulamentos da organização; *Implicação simbólica* diz respeito à “própria sociabilidade, o vínculo social” (LOURAU, 1975, p. 274). Lourau retoma o conceito de transferência institucional que se potencializa com o que o autor (LOURAU, 2003e) designa de “paradigma dos três Is”, que, na verdade, são quatro: instituição, institucionalização, implicação e o último, intervenção, sendo este o termo que delimita o campo de ação. Transferência e contratransferência institucionais são noções que ganham sentido socioanalítico em um campo de intervenção institucional no qual estão todos implicados, aí incluído o próprio grupo-interventor.

Na categoria da contratransferência institucional ficam as respostas e influências vindas do grupo-interventor. “Intervir é ‘tornar-se parte em uma contestação que já estava pendente entre outras pessoas’, nos diz o dicionário” (LOURAU, 1975, p. 277). Intervir não é observar de fora um objeto dado, mas construí-lo de dentro, ao mesmo tempo construindo a si mesmo no momento da intervenção. Nessa atitude de tornar-se parte, os analistas não se furtam em analisar aquilo que é de sua parte. Assim, entendem que a elucidação das contratransferências institucionais passa pelo esclarecimento de um sistema de

respostas: a resposta que o analista dá aos clientes em relação a várias realidades como idade, sexo, raça; a resposta que dá à organização-cliente enquanto instituição e na medida em que se inclui como instituição de análise; resposta que dá às respostas (transferências) de sua própria organização analítica (LOURAU, 1975). O analista aparece como *ator* social, como nos propõe Lourau.

A análise da contratransferência institucional permanece para elucidar as vinculações do grupo-interventor. A análise das implicações (institucional, prática, paradigmática, sintagmática e simbólica) elucidada a relação dos *atores* em suas diversas vinculações. Ator não é aqui sinônimo de grupo-cliente, já que os analistas aparecem como atores sociais incluídos nas análises das implicações.

No ano seguinte, 1971, em *Chaves da Sociologia*, Lourau e Lapassade definem um modelo de intervenção socioanalítico. Estão lá os conceitos de análise da encomenda, análise da demanda, elucidação das transversalidades (análise das instituições que atravessam o grupo-interventor e o grupo-cliente) e elaboração da contratransferência institucional (uma espécie de explicitação das referências não só libidinais, mas profissionais e políticas dos interventores).

Nos anos que se seguem, a multiplicidade e coexistência dos conceitos que provêm de diferentes campos de saber começam a causar conflitos. As intervenções socioanalíticas surgidas na efervescência dos anos 1960 entram nos anos 1970 tentando uma aspiração epistemológica mais clara. As produções teóricas atravessam os anos 1970 sem que as intervenções a pedido terminem. Ao mesmo tempo que a sistematização enriquecia o trabalho teórico, havia o perigo de a A.I. institucionalizar-se como aparato teórico fechado, um serviço oferecido e contratado (RODRIGUES, 2005). Nessa época de elaboração teórica, os conceitos vão deslocando-se definitivamente do seu campo de saber original, permitindo que o conceito de análise da implicação substitua a contratransferência institucional. A posição de alternância dos conceitos muda e o que impera é a substituição. À medida que a análise dos vínculos dos analistas em relação ao dinheiro, ao tempo, ao Estado, ao saber etc. vai sendo discutida publicamente (na mesma reunião em que são

debatidos todos os assuntos com o grupo-cliente), na teoria, a análise da implicação se impõe à contratransferência institucional.

De 1970 a 1990, Lourau (2003b) acompanha os rumos que tal conceito toma. A partir da década de 1980, identifica que o conceito sofre uma “deriva utilitária”, que chamará de *sobreimplicação*. Em outras palavras, esclarece que a análise da implicação perde lugar para uma demanda generalizada de cobrança de engajamento do outro: captura produtivista como imperativo incessante de estar em ação no trabalho. Nesta deriva, identifica-se a implicação à identidade de um “eu”: “Implique-se!”, “Você está implicado?”; “Quem está mais implicado nesse trabalho?”.

Esse movimento é um retrocesso porque desde sua gênese o conceito de implicação esteve ligado à análise das instituições que atravessam um plano pessoal. O conceito de instituição diz respeito a uma realidade que cruza as organizações e estabelecimentos, sendo um emaranhado de forças. Tal emaranhado, no movimento contínuo de enredar-se e desenredar-se, fabrica nas organizações demandantes, um não dito institucional. Esse não dito é identificado ao inconsciente institucional (BAREMBLITT, 1984), que sempre esteve implícito na análise dos vínculos, das transferências e contratransferências institucionais. Essas análises não eram levadas a cabo num plano de consciência, do imediato, explícito: as encomendas não eram tomadas de pronto, os vínculos eram tomados em seu aspecto simbólico, as análises caminhavam numa tentativa de elucidar aquilo que na instituição era não dito, a análise das implicações não se limitava a falar de um eu.

A introdução do “eu” é um tipo de retrocesso grosseiro, porque reintroduz o personalógico, dando privilégio ao íntimo como material de análise. Leva a discussão para o campo da consciência com que a Psicanálise já havia rompido. A exigência de sobreimplicação generalizada substitui a análise efetiva das instituições implicadas no processo em questão por uma atitude policalesca consigo e com os outros. Acrescenta Lourau (2003b) que o “implique-se” imperativo é uma forma de captura vinda do capitalismo para extrair um sobretalho, uma forma de tarefismo generalizado.

Na década de 1980 há um declínio no número das encomendas de intervenção socioanalíticas. O recuo da ida ao campo de intervenção caminhou junto de um recuo *introversivo* no conceito de implicação. Um vetor intimista

segue em seu duplo movimento: a sobreimplicação diagnosticada por Lourau e o recuo nos processos de intervenção coletiva.

Na tentativa de romper com este vetor, Lourau (2003a) identifica a grande contribuição do etnopsicanalista Devereux, no que se refere a trazer ferramentas para análise da implicação nas pesquisas. Nessa época, o mercado editorial registrava um grande aumento da publicação de diários de pesquisadores, escritores, psicanalistas e outros. Devereux propõe um procedimento de análise das implicações através do estudo diarístico. A princípio, esta proposta poderia ser tomada como seguimento do vetor intimista, mas Lourau enxerga potente ferramenta de análise das implicações e inicia sua pesquisa da produção diarística. No mais íntimo, Lourau propõe a reversão para o fora.

Na leitura dos diários de Malinowski, Margaret Mead, Jeane Favret-Saada, Condominas, Ferenczi e Wittgenstein, Lourau desenvolve o conceito de *fora-texto*⁵ para pensar o estatuto que o diário tem em relação ao texto publicado oficialmente. Lourau visa conectar o texto com seu fora, fazendo emergir nele os avanços e retrocessos, as dúvidas e certezas, a produção de conhecimento advinda da prática. No lugar da assepsia da ciência, as “mãos sujas” do pesquisador que vai a campo. Dessa forma, aquilo que só aparecia em rodapés, notas ou no final do texto como informações quase infames, pode difundir-se, promovendo uma análise da implicação.

Na leitura do diário do etnólogo Malinowski, por exemplo, Lourau (2003a) mostra o papel primordial que a ida a campo teve na tecedura do texto M⁶, ou, como prefere mais tarde, texto institucional (TI) (LOURAU, 2003e). Malinowski, na ocasião com trinta anos, foi enviado a algumas ilhas da Nova Guiné, em 1914, para observar tribos do arquipélago. Permaneceu no local de 1914 a 1918, mantendo a escrita do diário de setembro de 1914 a agosto de 1915 e uma segunda parte de outubro de 1917 a julho de 1918. Dessa observação originou-se, entre outros, seu primeiro livro *Os argonautas do pacífico ocidental*. No fora-texto diarístico presentificava-se a preocupação com os informantes, a dificuldade das entrevistas, o escamoteamento pelos nativos de seus rituais, por vezes saindo bem cedo de barco para não serem seguidos por Malinowski. Também está presente o papel da contingência da guerra: Malinowski passou muito mais tempo no campo de pesquisa do que o previsto

devido ao início da Primeira Guerra Mundial. Lourau nos mostra que na pesquisa etnográfica havia a preocupação de que uma observação fosse efetivamente um ato de manutenção de certa distância do objeto. No caso de Malinowski, na radicalização da tentativa da objetividade ocorreu uma reviravolta na metodologia. O “pesquisador também deve efetuar o caminho inverso ao do distanciamento: um passo adiante, um passo atrás. Deve obter o máximo de familiaridade com o campo de estudo” (LOURAU, 2003a, p. 264). Malinowski apostou na observação-participante em ciência etnológica e sociológica numa época “quando o policiamento da estrada científica estava a cargo de ‘eruditos’ que quase nunca saíam de seus escritórios, salvo para consultar documentos nas bibliotecas ou nos arquivos da polícia” (idem).

Sobre a participação inserida na observação, Lourau (2003a) adverte não se tratar daquela participação e compromisso exigindo uma sobreimplicação imperativa. O termo “participante” não se refere a um fenômeno voluntarista ou subjetivo. Trata-se de uma implicação. Antes de comprometer-se com o campo, o pesquisador já está nele implicado. Em outras palavras, é atravessado por múltiplas referências, as quais devem ser analisadas e mantidas junto do produto final: manutenção do produto agregado aos seus germens de processo produtivo. Para esta análise da implicação em situação bibliográfica, Lourau conecta o texto com o fora-texto que revela com seu processo produtivo, promovendo a quebra e o desenredamento das múltiplas linhas instituintes (RODRIGUES, 2006).

O conceito de fora-texto soma-se às outras formas de análise da implicação e segue a linha da pesquisa-intervenção, questionando a suposta neutralidade científica da produção de conhecimento e promovendo a explicitação de suas condições. Na década de 1990, Lourau diagnostica os perigos sobreimplicacionistas e, numa nova guinada, associa a implicação ao conceito de *transdução*⁷ de Gilbert Simondon (LOURAU, 2003c). Esse movimento do conceito é uma tentativa de radicalizar a liquefação da oposição sujeito-objeto na análise da implicação. De uma implicação segmentada em seu livro inaugural até uma afirmação da nebulosa, associando a análise da implicação a um plano único de contágio das forças implicadas.

O analisador

As experiências de intervenção tanto em Psicoterapia Institucional como na A.I. tiveram como marca seu caráter coletivo. A partir dessas novas experiências de coletivização, tanto pelo número de interventores, quanto pelo seu enfoque na análise das instituições e não dos indivíduos/sujeitos, ocorre um descentramento do trabalho de análise: do analista para os analisadores.

O analisador é um conceito-ferramenta forjado por Guattari ao longo de vários anos, exposto no livro *Psicanálise e transversalidade*. Apesar de seu aborrecimento com os seus estudos de Farmácia, Guattari não deixou de propor termos como *molar*, *molecular* e *analisador*. Este último, no sentido químico, é aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional. Esse conceito é inseparável do conceito de transversalidade, porque é numa situação de questionamento das hierarquias e especialismos que o analisador surge como uma ferramenta analítica que deslocaliza ou despessoaliza a intervenção. Assim como Guattari expandiu os conceitos de transferência e contratransferência institucionais com o conceito de transversalidade, substituiu o conceito de analista pelo de analisador.

O analisador comporta pelo menos dois níveis, atravessando o *campo de análise* e o *campo de intervenção*. Ele pode ser tomado tanto como o evento que denuncia, quanto aquele portador da potência da mudança. Enquanto evento denunciante, nas proximidades da Psicanálise e do movimento institucionalista, associava-se o analisador às formações do inconsciente, como os sonhos, atos falhos, chiste e sintomas (BAREMBLITT, 1994). Essas formações em Psicanálise exprimem a problemática exclusiva de um sujeito, enquanto os analisadores, que expressam e intervêm em grupalidades, guardam suas devidas diferenças. Em primeiro lugar, têm materialidade expressiva totalmente heterogênea, podendo ser um acontecimento, enunciação, indivíduo ou técnica, não tendo forma de irrupção privilegiada na fala. Em segundo lugar, nele mesmo há o gérmen ou potencial de intervenção, se dadas as condições necessárias. Ele expressa e intervêm, sendo um conceito que não tem sentido senão em ato. Para a A.I., os analisadores são processos revolucionários como, por exemplo, maio de 68 na França. Caso sejam dessa natureza são chamados “espontâneos”, embora

sem destituir seu caráter de constituição histórica. Existem também os “artificiais”, ou seja, dispositivos que os analistas criam e introduzem na organização para propiciar processos de “pôr a funcionar” e de explicitação numa situação de intervenção (LOURAU, 1993).

Apesar da literatura escassa sobre o tema, muito já se trabalhou a partir das primeiras teorizações, o que nos impulsiona a questionar e fazer avançar o conceito. Certamente, a distinção artificial *versus* espontâneo é problemática. Um analisador “artificial” não é menos histórico do que o “espontâneo” da Revolução Francesa. Essa distinção deixaria supor que os interventores estão desimplicados de todas as instituições (históricas) que os atravessam no momento de montar um analisador. Um analisador espontâneo, por sua vez, como a guerra o foi para a situação de tratamento no Hospital de Saint Alban, não é menos construído do que um artifício numa situação de intervenção.

Alguns autores (BAREMBLITT, 1994; ARDOINO e LOURAU, 2003; COIMBRA, 1995) associam a atividade do analisador artificial a um dispositivo montado. Entendemos dispositivo aqui como um tipo de montagem de elementos heterogêneos, criado para situações específicas de intervenção. Sem aspirar à verdade ou técnica fechada, o dispositivo é um operador de intervenção. Podemos intuir que um dispositivo pode tornar-se um analisador se conseguir pôr alguma situação em análise.

Da situação de intervenção socioanalítica podemos entender que os analisadores não são somente pequenos artifícios introduzidos, mas a totalidade da situação de intervenção pode ser entendida como um analisador (RODRIGUES, 2005). Não é certo que todo dispositivo seja um analisador, mas todo analisador é um dispositivo. Assim, a avaliação “isso é um analisador” só pode ser feita *a posteriori*, pelos efeitos de desvios realizados.

Essa dupla faceta do analisador – expressar uma problemática e causar um desvio – inclui-se no paradigma de intervenção da A.I., retomando o viés de produção de conhecimento e de análise inseparáveis da transformação da realidade.

Algumas nuances conceituais da Pesquisa-Intervenção e da Análise Institucional no Brasil

A Análise Institucional no Brasil inicia-se pela visita de Lapassade ao setor de psicologia social da UFMG, em 1972, e continua seu desenvolvimento e consolidação com a chegada de psicanalistas argentinos exilados no Brasil a partir do ano de 1976. No ano de 1978, acontece o I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições e a criação do IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições). Em 1982, Lourau e Lapassade estiveram no II Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições e os integrantes do IBRAPSI lançaram o livro *Grupos: teoria e técnica* (LIMA, 2012). Os argentinos radicados no Rio de Janeiro já possuíam uma leitura de psicanálise, Lourau, Lapassade, Deleuze e Guattari, ao mesmo tempo que trabalhavam com grupos, influenciando as metodologias de intervenção e constituição da Análise Institucional no Brasil.

As experiências de intervenção socioanalíticas brasileiras a partir da década de 1970 incluíram o trabalho com grupos, fazendo uma amálgama *sui-generis* que contrastava com a experiência francesa. Muitas dessas intervenções estão relatadas em dois livros: *Análise Institucional no Brasil e Grupos e Instituições em Análise*, editados, respectivamente, em 1987 e 1992. Há a inclusão do grupo como ferramenta potente, sem deixar de fora as críticas ao funcionamento e análise da encomenda dos serviços. Propõe-se no contexto da Análise Institucional brasileira o conceito de pesquisa-intervenção, radicalizando a proposta da pesquisa-ação e a indissociabilidade entre produção de conhecimento e intervenção social (PASSOS e BENEVIDES, 2000; AGUIAR e ROCHA, 2003). Em Lourau e Lapassade, embora o distanciamento do modelo psicossociológico lewiniano possa ser observado, o termo “pesquisa-ação” foi mantido pelos socioanalistas franceses (Lourau, 2003c).

O momento de intervenção é o momento de produção teórica e, sobretudo, a produção do objeto e do sujeito do conhecimento. A pesquisa-ação tem um utilitarismo em sua ação. Visa a uma mudança de comportamento individual ou social, e a mudança tem esse sentido de passagem de uma dinâmica para outra já dada, tomando a ordem social como naturalizada. A pesquisa-intervenção questiona o “sentido” da ação, investindo

nos movimentos de metamorfoses, não definindo a partir de um ponto de origem o alvo a ser atingido, mas uma diferenciação de expressão singular. Neste sentido, não há mais sujeito e objeto, mas processos de subjetivação e objetivação (PASSOS e BENEVIDES, 2000). No momento da intervenção, identificam-se analisadores que indicam os objetivos da intervenção tanto quanto a forma como se deve intervir, mantendo a gênese social do objeto de pesquisa concomitante à gênese teórica e metodológica.

A intervenção se junta à pesquisa não para substituir a ação, mas para produzir outra relação entre sujeito/objeto e teoria/prática. A pesquisa-intervenção visa explicitar as relações de poder do campo de investigação, uma desnaturalização permanente das instituições, incluindo a própria instituição da análise. A intervenção está associada à construção e/ou utilização de analisadores. A noção de pesquisador colhido no campo de pesquisa se modifica para a atitude de análise de implicação. No lugar da implicação afetivo-libidinal consciente do pesquisador, a análise da implicação faz análise do sistema de lugares ocupados, apontando para forças extrapessoais que compõem os contextos institucionais. Pela explicitação dessas forças, rompe-se a barreira entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido, havendo a necessidade de novas metodologias para o trabalho com as instituições, dado que as oriundas da pesquisa-ação ainda mantinham um objeto prévio, reificando a crença de que melhor se apreende a realidade quanto mais versões se tem dela.

A pesquisa-intervenção está atenta à encomenda, à produção de demanda, ao modo como o serviço é ofertado, à totalidade da intervenção como análise da implicação, trabalhando com analisadores.

Conclusões

Os conceitos desenvolvidos tratam de uma mesma atitude em relação à produção de conhecimento e à intervenção. Análise da Encomenda, Análise da Oferta, Análise da demanda, Análise da Implicação, Transversalidade e Analisador nos trazem essa dupla aposta. Por um lado, que toda análise é uma Análise Institucional, seja no consultório ou nas organizações, afirmando-se a indissociabilidade entre teoria e prática, entre campo de intervenção e campo de análise, entre forma instituída e processo instituinte; por outro, presentifica-

se a pesquisa-intervenção como paradigma da produção de conhecimento implicado, impelindo-nos a promover intervenções/pesquisas com novas metodologias que façam sempre o movimento de inclusão das muitas realidades e análise da implicação das forças em jogo.

O trabalho de pesquisa, assim como o trabalho de intervenção socioanalítica, pressupõe uma forma de relação entre sujeito-objeto, analista-cliente, teoria-prática que os institucionalistas cada vez menos tomarão como jogo interpessoal. Se a análise institucional tomou de empréstimo o conceito de contratransferência, desloca este conceito para pensar uma dinâmica coletivo-institucional na qual os atores estão implicados e atravessados por vetores determinantes para a análise: sexo, idade, raça, posição socioeconômica, significações socioculturais que atravessam seja o analista, seja o analisando. Com os conceitos de transferência e contratransferência institucionais é toda uma rede de afecções que é ativada.

No entanto, estes conceitos são abandonados quando Lourau e Guattari propõem em seu lugar os conceitos de implicação e transversalidade. Apenas uma troca de palavras? Na verdade, identificamos aí um esforço de não somente se desvencilhar do subjetivismo inerente ao jogo transferencial, como também a necessidade de dar conta de uma dinâmica de relação na qual posições bem localizadas não têm mais lugar. Se na dinâmica da transferência e da contratransferência é ainda a relação dual que toma o centro da cena marcando a distinção dos lugares do analista e do analisando, com os conceitos de implicação e transversalidade a oposição entre o trans e o contra se dissolve. O campo implicacional tem, então, uma dinâmica de transversalidades que se faz não por decisão, propósito ou vontade de alguém. Interessa à A.I. a dinâmica instituinte que deve ser acessada pela análise das instituições. Todo trabalho de intervenção visa a essa dimensão inconsciente das instituições.

A intervenção como método indica o trabalho da análise das implicações coletivas sempre locais e concretas para acessar nas instituições os processos de institucionalização.

O método da intervenção orienta um trabalho de pesquisa que no Brasil passamos a designar de pesquisa-intervenção, e a direção de que se trata neste método é aquela que busca aceder aos processos, ao que se passa

entre os estados de coisas, entre as formas instituídas. A pesquisa-intervenção na inflexão brasileira do institucionalismo define, então, seu plano de atuação entre a produção de conhecimento e a transformação da realidade, seja ela dos grupos, organizações ou subjetividades, tomando os analisadores como operadores clínico-políticos.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, K; ROCHA, M. Pesquisa-Intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, n. 23, 7, p. 64-73, 2003.
- ARDOINO, J. & LOURAU, R. *As Pedagogias Institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003.
- BAREMBLITT, G. (Coord.). *O inconsciente Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Compêndio de Análise Institucional*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 1994.
- BALINT, A; BALINT, M. Sobre Transferência e Contratransferência (1939). *Escola da Letra Freudiana*. A contratransferência à luz do desejo do analista. Rio de Janeiro, ano 21, n. 29, p. 9-14, 2002.
- BARROS, R. B. Institucionalismo e dispositivo grupal. In: RODRIGUES, H. C. B. e ALTOÉ, S. (Orgs.). *Saúde Loucura 8: Análise Institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- COIMBRA, C. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível? *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*. Niterói, v. 7, n. 1, p. 52-80, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FERENCZI, S. Elasticidade da técnica psicanalítica (1928). In: *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BREUER, J; FREUD, S. Estudos sobre Histeria (1895). In: *Obras Completas vol. II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912). In: *Obras Completas vol. X*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: *Obras Completas vol. X*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. Observações sobre amor transferencial (1915). In: *Obras Completas vol. X*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GALLIO, G. & CONSTANTINO, M. Françoise Tosquelles: A escola de liberdades. In: LANCETTI, A. (Org.). *Saúde Loucura 4: grupos e coletivos*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida /S.P: Idéias & Letras, 2004.
- HEIMANN, P. Sobre a Contratransferência (1949). In: *Escola da Letra Freudiana*. A contratransferência à luz do desejo do analista. Rio de Janeiro, ano 21, n. 29, 2002.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LIMA, R. S. Análise Institucional no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990. *Revista ECOS*, v. 2, n. 1, p. 61-73, 2012.
- LITTLE, M. “R” – A resposta total do analista as necessidades do seu paciente (1951). In: *Escola da Letra Freudiana*. A contratransferência à luz do desejo do analista. Rio de Janeiro, ano 21, n. 29, p. 55-68, 2002.
- LOURAU, R. *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *René Lourau na UERJ – Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.
- _____. Educação Libertária. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; MANCEBO, Deise. (Org.). *Psicologia Social. Abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 113-167.
- _____. Uma técnica de análise de implicações: B. Malinowski, diário de etnógrafo (1987). In: ALTOÉ, Sônia (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2003a.
- _____. Implicação e sobreimplicação (1990). In: ALTOÉ, Sônia (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec 2003b.

- _____. Implicação e Transdução (1994). In: ALTOÉ, Sônia (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2003c.
- _____. Processamento de texto (1994). In: ALTOÉ, Sônia (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2003d.
- _____. O campo socioanalítico (1996). In: ALTOÉ, Sônia (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2003e.
- _____. Implicação: um novo paradigma (1997). In: ALTOÉ, Sônia (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2003f.
- PASSOS, E. & BENEVIDES, R. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psic Teor. e Pesq.* Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, jan./abr. 2000.
- RODRIGUES, H. B. C. & SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V. e SAIDON, O (Orgs.). *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987.
- RODRIGUES, H. B. C. *As subjetividades em revolta; institucionalismo francês e novas análises*. 1994. Dissertação (Mestrado) – IMS/UERJ, Rio de Janeiro.
- _____. Um anarquista catalão: aventuras do freudo-marxismo na França. *Cadernos de Psicologia IP/UERJ*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 151-170, 1998.
- _____. “Sejamos realistas, tentemos o impossível!”: desencaminhando a Psicologia através da Análise Institucional. . In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Org.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p. 525-594, v. 1.
- _____. Os anos de inverno da Análise Institucional francesa: dobra de si, desprendimento de si. *Rev. Dep. Psicol.*, Niterói: UFF, v. 18, n. 2, jul./dez., 2006.
- SAIDON, O. et al. *Práticas Grupais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1983.

Notas

¹ Em inglês *training group*; literalmente, grupo de treinamento, tipo de grupo de formação em que se visava alteração de hábitos ou mudança de opinião pública sobre algum assunto. O monitor era bem ativo em favor de um objetivo prévio, além de, frequentemente falar de leis gerais do grupo, em detrimento do grupo específico e local em que se estava intervindo (LAPASSADE, 1989).

² Moreno, ainda em Viena, desenvolve o “teatro de improvisação”, que consistia em dramatizações utilizando temas cotidianos retirados de jornais. A partir de 1925, já nos EUA, visando mudanças subjetivas, sistematiza técnicas como apresentação pessoal, solilóquio, técnica do *doublé*, técnica do espelho e inversão de papéis. Nascia o Psicodrama (SAIDON et al., 1983).

³ A não diretividade de Rogers previa justamente a fala livre ao participante, e ao monitor, somente o uso de técnicas que incitasse esse objetivo, permanecendo o tanto quanto fosse possível à parte dos rumos da dinâmica. A crítica socioanalítica incidia justamente sobre a crença da não influência do monitor no grupo rogeriano (SAIDON et al., 1983).

⁴ Neste artigo, apesar de nos referirmos a Lourau e Lapassade como “socioanalistas”, acreditamos que também caberia o termo “Analistas Institucionais”. Há apenas uma pequena nuance a ser observada. Havia na década de 1960 na França duas tendências de Análise Institucional: uma que tinha como expoentes Lourau e Lapassade, que valorizava a análise das instituições, das implicações e os referenciais mais sociológicos, além de atenderem a intervenções a pedido; e outra que, partindo da intuição de Guattari, foi baseada nas experiências da Psicoterapia Institucional da década de 1950 e 1960 e na psicanálise lacaniana, o que nos remete à primeira linha constitutiva a que nos referimos no início do texto. Ao passo que a vertente socioanalítica se oficializou com a tese de doutorado de Lourau, defendida em 1969, *A Análise Institucional*; a vertente guattariana, quiçá esquizoanálise, levará, no encontro com Deleuze na década de 1970, ao *O Anti-Édipo*.

⁵ Preferimos “fora-texto” para o francês “hors texte”, no lugar da tradução “extratexto” utilizada na edição brasileira, por entendermos que não se trata de um texto que se acrescenta a um texto “oficial”. O fora-texto é a conexão do texto oficial com seu fora, em outras palavras, com a dimensão temporal, sócio-histórica, com o processo de produção do qual o texto foi subtraído para tornar-se científico. Essa opção não passa sem consequências. Lourau (2003e) analisa as diferenças entre intertexto (IT), extratexto (ET) (*fora-texto*) e contexto (CT). A categoria de extratexto (*fora-texto*) fica reservada aos textos infames, muitas vezes diarísticos, que colocam

o texto institucional (TI) em análise. Ao optarmos pelo termo *fora-texto* (FT), entendemos que ressaltamos tanto o *texto* publicado em separado quanto o *processo de conexão* do texto institucional com seu fora.

⁶ Na metodologia de Lourau, texto M – letra inicial do autor – é, por exemplo, o livro oficialmente publicado por Malinovski, *Os argonautas do pacífico ocidental*.

⁷ Conceito introduzido por Gilbert Simondon a partir da observação de processos físicos, que se resumem a movimentos de propagação e contágio transformador de campos de força. Lourau liga o processo de transdução ao de implicação para ressaltar a dimensão processual. Sujeito e objeto como individualizações num campo em que o espectro de forças os fazem polos e limites (LOURAU, 2003c).

Recebido em: 30/04/2014

Aprovado para publicação em: 10/06/2014